

Tensão política começa a ceder ^{ARC P2}

Em reunião realizada anteontem na casa do ministro Renato Archer, presente o alto comando do PMDB, inclusive seu presidente, o deputado Ulysses Guimarães, todos se mostravam apreensivos com as críticas à Constituinte feitas na reunião ministerial daquele dia pelo general Leônidas Pires Gonçalves. O ministro Raphael de Almeida Magalhães, um dos presentes, manifestou o temor, do qual todos passaram a participar, de que em consequência dos acontecimentos da véspera o general Leônidas e todos os demais ministros militares viessem a cancelar seu comparecimento ao almoço promovido ontem em sua casa pelo senador Afonso Arinos. Almoço este que, segundo todos os depoimentos, destinou-se exclusivamente a vencer incompreensões e resistências do meio militar à adoção, pela Constituinte, de um regime parlamentar de Governo.

O senador paulista Fernando Henrique Cardoso, que participou do almoço na casa do senador Arinos, saiu de lá satisfeito e contente com o resultado do encontro mantido com os quatro ministros militares. Está particularmente convencido de que os militares começam a absorver a proposta do parlamentarismo. Dentro do Governo observa-se também uma

postura favorável à negociação política quanto ao regime de Governo a ser em breve implantado no País. O senador Nelson Carneiro, do PMDB, ao ser recebido ontem pelo presidente Sarney, defendeu a necessidade de um entendimento em torno da matéria entre o Legislativo e o Executivo. Informou o senador ter encontrado boa receptividade a respeito por parte de Sarney.

Procedimento tático

O senador José Agripino, do PFL, diz que os militares poderão até concordar com o parlamentarismo, apenas como procedimento tático. No fundo, de acordo com seu juízo, permanecem presidencialistas puros.

Um a favor

O senador Fernando Henrique Cardoso informa que entre os quatro ministros militares há um deles adepto do parlamentarismo. O senador só não quis adiantar o nome desse ministro.

Esvaziar a ameaça de crise

O deputado Ulysses Guimarães, numa manobra tática, arranjou um pretexto e a Constituinte não se reuniu ontem pela manhã. Quis evitar, naturalmente, que os parlamentares mais afoitos transformassem a sessão matutina num comício contra o general Leônidas

Pires Gonçalves. No entanto, à tarde houve reunião do Congresso e diversos parlamentares de esquerda aproveitaram a ocasião para condenar o procedimento do ministro do Exército, por interferir indevidamente, segundo eles, em assunto privativo da Constituinte. O ministro Leônidas foi defendido apenas pelo líder do Governo, deputado Carlos Sant'Anna, e pelo deputado Roberto Cardoso Alves, do PMDB.

Em seu gabinete, o senador Fernando Henrique Cardoso mostrava-se preocupado com os rumos dos debates na sessão de ontem do Congresso. Segundo ele, o mais prudente seria dar por encerrado o assunto Leônidas, a fim de não alimentar a fogueira de uma crise. Contou que na casa do senador Arinos, o próprio general Leônidas procurou não dar à sua fala a dimensão que alcançou na imprensa, dizendo que se manifestou numa reunião a portas fechadas, e jamais julgou que suas palavras viessem a público.

Sem compromisso

O deputado Bernardo Cabral negou ontem ter assumido qualquer compromisso com o general Leônidas Pires Gonçalves em torno do seu substitutivo na Constituinte.

Ignácio de Aragão

JORNAL DE BRASÍLIA

29 AGO 1987

Advertência oportuna

Se o ministro general Leônidas não tivesse ressaltado, na reunião ministerial de quinta-feira, que um grupo radical de esquerda está manobrando os trabalhos da Constituinte, ninguém teria ali falado no assunto, apesar de se acharem presentes os ministros políticos do Governo, na sua maioria indicados, endossados, sustentados ou suportados pelo PMDB, e ainda as principais lideranças desse partido.

O fato é que os dirigentes do partido sol-disant do Governo estão cansados de saber que o que o general Leônidas afirmou é a mais pura verdade. Uma pequena esquerda aguerrida, que não teve expressão eleitoral e na Constituinte não passa de vinte por cento dos seus componentes, utiliza-se de todas as armas para impor, na redação da futura Constituição, os seus princípios ideológicos. E vai conseguindo furar o cerco, em doses homeopáticas mas suficiente para afetar o organismo, simples-

mente porque as chamadas lideranças do PMDB tornam-se complacentes, cedem às pressões e às ameaças, seja por medo, seja por conveniência.

Esquecem os constituintes majoritários que eles não são donos dos destinos do País. A posição de cada um não significa mais do que um elemento de um conjunto, que é o povo brasileiro. E este é que deve ser respeitado e, na nova Constituição, retratado.

Tome-se, por exemplo, o caso do regime, se presidencialista, se parlamentarista. O louvado relator Bernardo cabral disse, esta semana, que "ele não abre mão do parlamentarismo", como se o País fosse dele somente, que ele pudesse decidir como quisesse a forma, o jeito, a postura.

Para que essas posições tão individuais prevaleçam e sejam embutidas no texto é que os líderes estão negociando demais, transigindo demais, fazendo concessões naquilo que não pertence a eles,

nem mesmo às suas tão invocadas bases eleitorais, porque são o futuro e o destino de todo o povo, não apenas de um segmento só.

Ainda agora, insatisfeitas como é do feito delas, as esquerdas anunciaram o propósito de dificultar todas as votações na Constituinte, de sorte que esta tanto poderá terminar em 400 como em 4.000 dias. E o plano já está em execução, sob o controle do pedetista Vivaldo Barbosa.

Vejamos pois a quantas a maioria moderada, tolerante, não aguerrida, como é do temperamento do homem comum brasileiro, está sujeita. E tudo pode ser perdido porque os líderes do PMDB têm olhos voltados, cada um para o seu próprio futuro. Um quer ser governador, outro prefeito, e assim por diante, e vão fazendo concessões. Até o dia em que eles próprios sejam encostados no paredão. A advertência do ministro foi, portanto, muito oportuna.